



FISCAL DE TRIBUTOS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

A competência tributária é o poder constitucionalmente atribuído aos entes federativos para instituir tributos. Esse poder não é ilimitado, sofrendo restrições impostas pela própria Constituição, por meio de princípios e imunidades. Qual princípio constitucional tributário veda que o Município institua tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibindo qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função exercida?

- (A) Princípio da isonomia ou igualdade tributária, vedando discriminações arbitrárias entre contribuintes.
- (B) Princípio da capacidade contributiva, permitindo livre diferenciação.
- (C) Princípio da legalidade, dispensando tratamento uniforme.
- (D) Princípio da anterioridade, autorizando tratamentos diferenciados sem critério.

Questão 02

Os atos administrativos praticados pelo fiscal de tributos devem observar requisitos de validade estabelecidos pela doutrina e jurisprudência. A ausência ou vício em qualquer desses requisitos pode ensejar invalidação do ato. Considerando os requisitos dos atos administrativos, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A competência é requisito que define o poder legal conferido ao agente para praticar o ato, sendo que no lançamento tributário somente o servidor com atribuição legal de fiscal pode constituir o crédito, não podendo essa função ser delegada a particulares ou a servidores sem a qualificação específica exigida por lei.

(__) A forma é o modo de exteriorização do ato administrativo, sendo essencial na atividade fiscalizatória tributária, onde autos de infração, notificações e termos de fiscalização devem observar os requisitos formais estabelecidos na legislação, sob pena de nulidade do ato mesmo que o conteúdo material esteja correto.

(__) O motivo é a situação de fato e de direito que determina ou autoriza a prática do ato administrativo, devendo o fiscal de tributos indicar expressamente no auto de infração os fundamentos de fato (descrição da irregularidade) e de direito (dispositivos legais violados) que justificam a autuação.

(__) O objeto do ato administrativo fiscal é irrelevante para sua validade, podendo o fiscal exigir qualquer prestação do contribuinte mesmo sem previsão legal, bastando que haja interesse público genérico justificando a medida.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, V, F, V.

(C) V, F, V, F.

(D) V, V, V, F.

Questão 03

A dívida ativa é a fase em que os créditos tributários não pagos são inscritos para cobrança judicial. A Lei nº 6.830/1980 regula a execução fiscal, que é o processo judicial de cobrança da dívida ativa. Considerando dívida ativa e execução fiscal, analise as afirmativas a seguir:

I. A inscrição em dívida ativa é ato de controle administrativo da legalidade que suspende a exigibilidade do crédito tributário até ser revista de ofício pela autoridade administrativa.

II. A Certidão de Dívida Ativa é título executivo extrajudicial que instrui a petição inicial da execução fiscal, devendo conter requisitos essenciais como nome do devedor, quantia devida, origem e natureza do crédito, fundamentação legal e data da inscrição, sendo sua nulidade decretável apenas se houver prejuízo à defesa do executado.

III. Na execução fiscal, o executado é citado para pagar ou garantir a execução mediante penhora, depósito ou fiança no prazo de cinco dias, podendo apresentar embargos à execução no prazo de trinta dias contados da garantia da execução, sendo vedado discutir a dívida sem prévia garantia do juízo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.

Questão 04

A obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador descrito abstratamente na lei como hipótese de incidência. A distinção entre obrigação principal e acessória é fundamental. Considerando a obrigação tributária, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador previsto em lei e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se com o crédito dela decorrente, sendo que a legislação tributária não pode alterar conceitos, formas ou efeitos de institutos de direito privado para definir ou limitar competências tributárias.

(__) A obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela previstas no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos, como emitir nota fiscal, escriturar livros, prestar declarações, exhibir documentos, sendo que seu descumprimento converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

(__) O fato gerador da obrigação tributária principal é a

situação definida em lei como necessária e suficiente para o surgimento da obrigação, podendo ser instantâneo (compra e venda de imóvel gerando ITBI) ou periódico (propriedade de imóvel no primeiro dia do ano gerando IPTU), sendo irrelevante se o ato é lícito ou ilícito para fins de tributação.

() A obrigação tributária principal pode existir independentemente de qualquer lei formal, bastando ato administrativo do fiscal de tributos criando obrigação de pagar tributo mesmo sem previsão legal específica.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, F, V.

Questão 05

O Código Tributário Nacional regula hipóteses de responsabilidade tributária em que pessoa diversa do contribuinte originário responde pelo crédito tributário. A solidariedade é forma de responsabilização com características próprias. Considerando a responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir:

I.A responsabilidade tributária por sucessão ocorre quando pessoa sucede outra na titularidade de bens, direitos ou obrigações, como na aquisição de imóvel, em que o adquirente responde pelos tributos (IPTU, taxas) relativos ao bem adquirido, ou na sucessão empresarial, em que o sucessor responde por tributos devidos pela sucedida até data da sucessão.

II.São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação tributária principal, ou as pessoas expressamente designadas por lei, sendo que na solidariedade o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais; a interrupção da prescrição em favor de um aproveita aos outros; e a isenção ou remissão exonera todos, salvo se outorgada pessoalmente.

III.A responsabilidade de terceiros prevista no artigo 134 do Código Tributário Nacional, como pais por tributos devidos pelos filhos menores, tutores e curadores, e administradores de bens de terceiros, é subsidiária, ou seja, primeiro cobra-se do contribuinte e, somente se este não pagar, cobra-se do responsável, salvo disposição legal em contrário.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 06

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

(ISSQN) é tributo municipal incidente sobre a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003. É importante fonte de receita municipal e seu lançamento exige conhecimento técnico detalhado. Qual é a alíquota máxima que o Município pode estabelecer para o ISSQN, conforme definido pela Lei Complementar nº 116/2003?

- (A) Alíquota máxima de dez por cento, sem limite definido.
- (B) Alíquota mínima obrigatória de dois por cento, com máxima livre.
- (C) Não há limite máximo, sendo totalmente discricionário.
- (D) Alíquota máxima de cinco por cento sobre o preço do serviço.

Questão 07

O fiscal de tributos, como agente público, está sujeito a três esferas de responsabilização distintas e independentes por seus atos: civil, penal e administrativa. Cada esfera tem características, procedimentos e sanções próprias. Considerando a responsabilidade dos fiscais de tributos, analise as afirmativas a seguir:

I.A responsabilidade civil do fiscal de tributos pode ser subjetiva (quando age com dolo ou culpa) em relação à Administração no direito de regresso, mas o Estado responde objetivamente perante terceiros prejudicados por atos de seus agentes, independentemente de dolo ou culpa, conforme teoria do risco administrativo adotada pela Constituição Federal.

II.A responsabilidade penal do fiscal de tributos pode decorrer de crimes como prevaricação (retardar ou deixar de praticar ato de ofício para satisfazer interesse pessoal), corrupção passiva (solicitar ou receber vantagem indevida), concussão (exigir vantagem indevida), excesso de exação (exigir tributo que sabe indevido) e outros crimes funcionais previstos no Código Penal.

III.A responsabilidade administrativa decorre de infrações aos deveres funcionais estabelecidos no estatuto dos servidores públicos, podendo resultar em penalidades como advertência, suspensão ou demissão, sendo apurada através de processo administrativo disciplinar que assegure contraditório e ampla defesa ao servidor acusado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.

Questão 08

A Administração Pública está sujeita a diversos mecanismos de controle interno e externo para garantir legalidade, legitimidade e economicidade de seus atos.

Na área fiscal, esse controle é especialmente importante. Qual órgão exerce o controle externo da Administração Pública Municipal, com competência para fiscalizar a aplicação de recursos públicos, julgar contas dos administradores e aplicar sanções aos responsáveis por irregularidades?

- (A) Poder Judiciário, por meio de fiscalização direta e permanente das contas.
- (B) Ministério Público, exclusivamente, sem auxílio de Tribunal de Contas.
- (C) Tribunal de Contas, auxiliando o Poder Legislativo Municipal no controle externo financeiro e orçamentário.
- (D) Controladoria interna do próprio Município, com autonomia total.

Questão 09

O processo administrativo, incluindo o processo administrativo fiscal, é regido por princípios específicos que complementam os princípios gerais da Administração. A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas aplicáveis subsidiariamente aos processos tributários. Qual princípio assegura que o contribuinte autuado tem o direito de conhecer integralmente os autos do processo, manifestar-se sobre todos os documentos e provas, e apresentar alegações antes da decisão final?

- (A) Princípio do impulso oficial impedindo participação do interessado.
- (B) Princípio da verdade formal limitando defesa a aspectos superficiais.
- (C) Princípio da informalidade dispensando qualquer manifestação do contribuinte.
- (D) Princípio do contraditório e da ampla defesa garantindo participação efetiva do contribuinte no processo.

Questão 10

A Constituição Federal estabelece princípios fundamentais que regem a República Federativa do Brasil e organiza a estrutura político-administrativa em níveis de governo autônomos. Essa organização impacta diretamente a competência tributária dos municípios. Considerando a organização político-administrativa, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito com autonomia política, administrativa e financeira de cada ente federativo, incluindo autonomia para instituir e arrecadar seus próprios tributos dentro das competências constitucionalmente definidas.

() Os Municípios são entes federativos autônomos com capacidade de auto-organização através de lei orgânica, autogoverno mediante eleição de prefeito e vereadores,

autoadministração através de estrutura administrativa própria, e autolegislação tributária podendo instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria de sua competência.

() A repartição de competências tributárias pela Constituição Federal é rígida e privativa, não podendo a União, Estados ou Municípios invadir competência alheia, sendo vedado por exemplo que Município institua imposto sobre circulação de mercadorias (competência estadual) ou sobre renda (competência federal).

() Os Municípios têm competência concorrente com a União para legislar sobre direito tributário, podendo alterar normas gerais do Código Tributário Nacional no que concerne aos tributos municipais.

Assinale a sequência correta:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, F, V, F.

Questão 11

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é tributo de competência municipal incidente sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado em zona urbana. Suas características estão definidas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional. Considerando o IPTU, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física localizado na zona urbana do Município, ocorrendo o fato gerador em primeiro de janeiro de cada ano, sendo contribuinte o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título.

() A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, entendido como valor de mercado do bem, não considerando o valor de bens móveis mantidos no imóvel, devendo o Município manter cadastro atualizado dos imóveis e realizar avaliações periódicas, podendo a planta genérica de valores ser atualizada por decreto dentro dos limites legais.

() O IPTU pode ter alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel (progressividade fiscal) e também em razão do uso ou da localização do imóvel para atender função social da propriedade, além de progressividade no tempo para imóvel não edificado ou subutilizado em área com plano diretor, conforme artigo 156, §1º da Constituição Federal.

() O IPTU não pode ser objeto de qualquer isenção ou benefício fiscal, pois a Constituição Federal veda absolutamente qualquer renúncia de receita do IPTU pelos Municípios, inclusive para imóveis públicos ou templos religiosos.

Assinale a sequência correta:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, V, V, F.

Questão 12

Os poderes da Administração Pública incluem o poder de polícia, que lhe confere a autoridade para limitar o exercício de direitos individuais em prol do interesse público, assegurando a ordem, a segurança e o bem comum. Na área tributária, manifesta-se através da fiscalização. Qual é a característica essencial do poder de polícia que permite ao fiscal de tributos executar diretamente suas decisões sem necessidade de prévia autorização judicial?

- (A) Impossibilidade de aplicar sanções administrativas sem processo judicial.
- (B) Necessidade de autorização do contribuinte para toda fiscalização.
- (C) Autoexecutoriedade, permitindo à Administração executar suas decisões por meios próprios sem intervenção do Judiciário.
- (D) Vinculação absoluta a qualquer decisão judicial prévia.

Questão 13

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal, impondo limites e condições para gestão de receitas e despesas públicas. Seus dispositivos impactam diretamente a arrecadação tributária municipal. Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, sendo vedada a realização de transferências voluntárias aos Municípios que não observarem essa exigência no que se refere aos impostos municipais.

(__) A renúncia de receita tributária, compreendendo anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção ou redução de alíquotas, somente pode ser concedida mediante lei específica municipal e desde que demonstrado que não afetará as metas fiscais ou que está acompanhada de medidas compensatórias de aumento de receita ou redução de despesa.

(__) A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que a cobrança da dívida ativa tributária seja objeto de providências por parte da Administração, integrando as demonstrações fiscais e devendo ser acompanhada pelos órgãos de controle, sendo inércia na cobrança caracterizadora de improbidade administrativa e renúncia irregular de receita.

(__) A transparência da gestão fiscal é princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal, obrigando o Município a divulgar amplamente informações sobre execução orçamentária e financeira, incluindo relatórios de gestão fiscal e audiências públicas, facultando-se o acesso dos contribuintes a essas informações para controle social da arrecadação tributária.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, F, V, F.

Questão 14

Os servidores públicos municipais, incluindo os fiscais de tributos, estão sujeitos a regime jurídico próprio que estabelece direitos, deveres, responsabilidades e penalidades. O estatuto dos servidores do município define essas normas. Considerando o regime jurídico dos servidores públicos municipais, analise as afirmativas a seguir:

I. São deveres do servidor público, entre outros, exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, observar normas legais e regulamentares, cumprir ordens superiores exceto quando manifestamente ilegais, atender com presteza ao público prestando informações requeridas ressalvadas as protegidas por sigilo, e guardar sigilo sobre assuntos da repartição.

II. É proibido ao servidor público valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função, receber propinas ou vantagens de qualquer espécie em razão de suas atribuições, participar de gerência de sociedade privada salvo como acionista ou quotista, e exercer advocacia administrativa representando interesses particulares perante a Administração.

III. O servidor público tem direito a vencimento do cargo efetivo, férias anuais remuneradas, licenças (médica, gestante, paternidade), gratificações e adicionais previstos em lei, décimo terceiro salário, e adicional por tempo de serviço, além de estabilidade após três anos de efetivo exercício mediante avaliação de desempenho.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.

Questão 15

O Direito Tributário é ramo autônomo do Direito Público que regula a relação jurídica entre Estado e contribuintes decorrente da instituição, arrecadação e fiscalização de tributos. Suas fontes são hierarquicamente organizadas. Considerando fontes do Direito Tributário, analise as afirmativas a seguir:

I.A Constituição Federal é fonte primária e suprema do Direito Tributário, estabelecendo sistema tributário nacional, repartindo competências tributárias entre entes federativos, definindo espécies tributárias, instituindo limitações ao poder de tributar através de princípios e imunidades, e estabelecendo bases para repartição de receitas tributárias.

II.As leis complementares em matéria tributária têm função de estabelecer normas gerais aplicáveis a todos os entes federativos, conforme artigo 146 da Constituição Federal, destacando-se o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) que foi recepcionado pela Constituição de 1988 com status de lei complementar, regulando obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributárias.

III.As leis ordinárias municipais são fontes do Direito Tributário com competência para instituir tributos municipais (IPTU, ITBI, ISSQN, taxas, contribuição de melhoria), definir fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas, contribuintes, responsáveis, obrigações acessórias, benefícios fiscais e normas procedimentais de arrecadação e fiscalização, desde que observem normas gerais da Constituição e das leis complementares.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 16

Prescrição e decadência são institutos distintos que limitam temporalmente o exercício de direitos pela Fazenda Pública. A distinção entre ambos e o conhecimento dos prazos são fundamentais para a atuação do fiscal de tributos. Considerando prescrição e decadência tributárias, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)A decadência é a perda do direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário mediante lançamento, ocorrendo o prazo decadencial de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado nos tributos sujeitos a lançamento de ofício (IPTU), ou em cinco anos contados do fato gerador nos tributos sujeitos a lançamento por homologação quando não houver pagamento antecipado (ISSQN sem recolhimento).

(__)A prescrição é a perda do direito de a Fazenda Pública ajuizar a execução fiscal para cobrança do crédito tributário já constituído, ocorrendo em cinco anos contados da constituição definitiva do crédito, ou seja, após decisão administrativa irreformável que denegar recurso do contribuinte ou após escoamento do prazo sem impugnação administrativa, interrompendo-se a prescrição com o despacho do juiz que ordenar citação em execução fiscal.

(__)A decadência não se interrompe nem se suspende, sendo prazo fatal que, uma vez iniciado, corre inexoravelmente até seu término, diferentemente da prescrição, que admite causas de interrupção e suspensão previstas no Código Tributário Nacional e na legislação processual civil aplicável subsidiariamente.

(__)Tanto a decadência quanto a prescrição podem ser decretadas de ofício pelo juiz, independentemente de arguição do contribuinte, conforme alteração promovida pela Lei Complementar nº 118/2005 ao artigo 219, § 5º, do antigo CPC, posteriormente consolidada no atual CPC/2015, aplicando-se essas regras ao processo administrativo fiscal, em que autoridades julgadoras devem reconhecer de ofício prescrição e decadência.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, F, F
- (B) F, V, F, V
- (C) V, V, V, V
- (D) V, F, V, F

Questão 17

O crédito tributário é constituído por meio do lançamento, que é atividade administrativa vinculada. O Código Tributário Nacional prevê três modalidades de lançamento com características distintas. Qual modalidade de lançamento é aplicável ao IPTU, em que a autoridade administrativa calcula o tributo e notifica o contribuinte para pagamento?

- (A) Lançamento por homologação, em que o contribuinte antecipa o pagamento.
- (B) Lançamento por declaração, dependendo de informação prévia do contribuinte.
- (C) Autolancamento, realizado exclusivamente pelo próprio contribuinte.
- (D) Lançamento de ofício ou direto, sendo constituído pela autoridade administrativa sem participação do contribuinte.

Questão 18

O Código Tributário Nacional elenca as modalidades de extinção do crédito tributário, ou seja, as formas pelas quais a obrigação tributária se extingue. Cada modalidade tem requisitos e efeitos próprios. Considerando as modalidades de extinção do crédito tributário, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)O pagamento é a forma principal de extinção do crédito tributário, devendo ser efetuado na rede arrecadadora autorizada, em moeda corrente ou cheque, na forma e prazo previstos na legislação, sendo que o pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

(__)A compensação permite ao contribuinte compensar créditos líquidos e certos que tenha contra a Fazenda Municipal com débitos tributários vencidos ou vincendos,

desde que autorizada por lei municipal específica e observadas as condições e garantias estabelecidas, não sendo admitida compensação mediante aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial sem trânsito em julgado.

() A prescrição extingue o direito da Fazenda de cobrar judicialmente o crédito tributário, ocorrendo em cinco anos contados da constituição definitiva do crédito (após decisão administrativa final ou decurso do prazo para impugnação), sendo que o ajuizamento da execução fiscal interrompe a prescrição, mas a ausência de citação por desídia da Fazenda por mais de cinco anos importa em prescrição intercorrente.

() A remissão é perdão legal da dívida tributária, podendo ser concedida por lei municipal específica em caráter geral ou individual, observando-se os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal para renúncia de receita, sendo faculdade discricionária do Poder Executivo Municipal dispensar créditos tributários mesmo sem previsão legal.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, F, V, F.

Questão 19

Os princípios constitucionais da Administração Pública, expressos no artigo 37 da Constituição Federal, orientam toda a atuação dos agentes públicos, incluindo os fiscais de tributos. Esses princípios são de observância obrigatória por todos os entes federativos. Considerando os princípios constitucionais da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I.O princípio da legalidade determina que a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite ou autoriza, vinculando todos os atos do fiscal de tributos à estrita observância das normas tributárias e procedimentais, sendo vedada qualquer atuação discricionária que não encontre fundamento legal expreso.

II.O princípio da impessoalidade impõe que o fiscal de tributos atue de forma neutra e objetiva, sem favoritismos ou perseguições, tratando todos os contribuintes de forma isonômica independentemente de características pessoais, posição social ou relações políticas, vedando ainda a promoção pessoal do agente através de atos oficiais.

III.O princípio da moralidade exige que o fiscal de tributos pautar sua conduta não apenas na legalidade formal, mas também na ética, honestidade, probidade e boa-fé, recusando práticas que, embora não expressamente proibidas, contrariem padrões éticos da sociedade e da própria Administração.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II apenas.

- (B) I e II apenas
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 20

O Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis é tributo municipal incidente sobre transmissões onerosas. Sua competência está prevista no artigo 156, II da Constituição Federal. Considerando o ITBI, analise as afirmativas a seguir:

I.O fato gerador do ITBI é a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (propriedade ou domínio útil) e de direitos reais sobre imóveis (exceto direitos reais de garantia como hipoteca), ocorrendo o fato gerador na data da lavratura do documento translativo quando escritura pública, ou no registro imobiliário quando instrumento particular.

II.São imunes ao ITBI as transmissões de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, e as transmissões de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se a atividade preponderante da adquirente for compra e venda de imóveis ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil.

III.A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, sendo contribuinte qualquer das partes na operação (adquirente ou transmitente) conforme dispuser a lei municipal, podendo o Município arbitrar o valor se houver indícios de subavaliação na declaração do contribuinte.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

Professores gastam mais de 20% da aula para manter a ordem dos alunos em sala, mostra estudo

Tempo gasto pelos docentes brasileiros é acima da média dos países da OCDE, que é de 15%

O tempo dos docentes brasileiros está acima da média dos países da OCDE, em que os professores disseram gastar 15% do tempo de aula para manter a ordem dos alunos.

Segundo o relatório, entre 2018 e 2024, a parcela do tempo de aula dedicada à manutenção da ordem aumentou 2 pontos percentuais — a média da OCDE também aumentou 2 pontos percentuais.

Ainda de acordo com o estudo, 44% dos docentes brasileiros afirmam perder bastante tempo porque os alunos interrompem as aulas. O número também é acima da média da OCDE, que é de 18%. A mesma proporção de brasileiros diz também perder muito tempo esperando os alunos ficarem quietos (a média da OCDE é de 15%).

Comportamento na sala de aula

No estudo, a percepção dos professores sobre a disciplina em sala de aula é medida pela frequência relatada de quatro situações:

"Perco muito tempo porque os alunos interrompem a aula";

"Tenho que esperar muito tempo para que os alunos se acalmem";

"Há muito barulho e desordem disruptivos";

"Muitos alunos só começam a trabalhar muito tempo depois do início da aula".

Conforme a pesquisa, cerca de um em cada cinco professores afirmam sofrer com ruído e desordem significativos em suas salas de aula, em média.

No Brasil, mais de 50% dos professores relataram os desafios. No Chile, Finlândia, Portugal e África do Sul, esse percentual fica em cerca de 33%.

Já na Albânia, Japão e Xangai, por outro lado, menos de 5% dos professores apontam essas questões disciplinares.

Professores iniciantes

A pesquisa também mostra que os professores em começo de carreira relatam mais interrupções em sala de aula do que os seus colegas mais experientes em quase todos os sistemas educacionais.

No Canadá, Áustria, Chile, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Itália e Espanha, por exemplo, mais de 40% dos professores iniciantes afirmam "ruído perturbador frequente". Já em Portugal e no Brasil, esses percentuais aumentam para 59% e 66%, respectivamente.

Entre os professores experientes, essas taxas são mais baixas, abaixo de um terço em todos os sistemas educacionais, exceto em Portugal (33%) e no Brasil (53%).

O estudo foi realizado em 2024 e entrevistou cerca de 280 mil professores e diretores escolares em 17 mil escolas de ensino fundamental II em 55 sistemas educacionais. O Talis tem como objetivo auxiliar na elaboração de estratégias para melhorar a qualidade do ensino e os ambientes de aprendizagem.

https://www.terra.com.br/noticias/educacao/professores-gastam-mais-d-e-20-da-aula-para-manter-a-ordem-dos-alunos-em-sala-mostra-estudo,ea20b81839e46ed5ad3f54c718b3bcdaz697ywnm.html?utm_source=clipboard

Questão 21

"O tempo dos docentes brasileiros está acima da média dos países da OCDE, em que os professores disseram

gastar 15% do tempo de aula para manter a ordem dos alunos."

Com base nas regras de acentuação dos vocábulos presentes no trecho, bem como no texto-base, analise as afirmativas a seguir:

I.O vocábulo 'ruído' é acentuado pela mesma regra de acentuação do vocábulo 'cardíaca', pois apresentam o 'i'ônico formando hiato.

II.O vocábulo 'está' é acentuado pela regra das oxítonas terminadas em 'a', regra que também se aplica as oxítonas terminadas em 'e' e 'o'.

III.O vocábulo 'média' com o Novo Acordo passou a ser considerada também como palavra proparoxítona.

IV.Os vocábulos 'já' e 'há' são monossílabos tônicos, porém recebem acento gráfico por regras distintas.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Questão 22

"Professores gastam mais de 20% da aula para manter a ordem dos alunos em sala, mostra estudo."

Com base nos tipos de predicado, identifique a alternativa correta.

- (A) O período é formado por predicado verbal e verbo-nominal, pois há verbo de ação e um termo que expressa estado.
- (B) O período apresenta predicado verbal, por conter verbos significativos que exprimem ações.
- (C) A primeira oração apresenta predicado verbo-nominal, e a segunda, predicado verbal, pois o verbo 'gastar' indica ação e o verbo 'manter' indica processo.
- (D) O período é formado por predicado nominal e verbal, pois há um verbo de ligação com predicativo do sujeito e um verbo que indica ação.

Questão 23

"No Brasil, mais de 50% dos professores relataram os desafios. No Chile, Finlândia, Portugal e África do Sul, esse percentual fica em cerca de 33%."

No trecho, observa-se que a concordância foi estabelecida de forma adequada à expressão de porcentagem. Entretanto, a norma-padrão admite outras formas de concordância, que variam conforme o contexto e a intenção comunicativa. Com base nisso, analise as concordâncias apresentadas nos enunciados a seguir:

I.Uma porção de moleques me olhavam admirados.

II.Ele é um dos raros homens que têm o mundo nas mãos.

III. Tudo isto eram sintomas graves.

IV. Que te seja propício o astro e a flor.

V. A conciliação, a harmonia entre uns e outros é possível.

Os enunciados que apresentam a concordância adequada são:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

Questão 24

O tempo dos docentes brasileiros está acima da média dos países da OCDE, em que os professores disseram gastar 15% do tempo de aula para manter a ordem dos alunos.

Segundo o relatório, entre 2018 e 2024, a parcela do tempo de aula dedicada à manutenção da ordem aumentou 2 pontos percentuais — a média da OCDE também aumentou 2 pontos percentuais. Ainda de acordo com o estudo, 44% dos docentes brasileiros afirmam perder bastante tempo porque os alunos interrompem as aulas. O número também é acima da média da OCDE, que é de 18%.

O emprego das expressões 'segundo o relatório', 'ainda de acordo com o estudo' e 'o número também' é um elemento linguístico que:

- (A) Altera a coerência textual, uma vez que introduziram contradições entre os elementos informativos, prejudicando a progressão temática e a articulação lógica do discurso.
- (B) Introduz dados novos que não mantêm vínculo direto com a informação anteriormente apresentada, marcando uma mudança de foco temático ou a introdução de um novo tópico no texto.
- (C) Garante a coesão sequencial, assegurando a ligação lógica entre as partes e estabelecendo relações de continuidade que permitem ao leitor compreender o encadeamento das ideias.
- (D) Reforça a opinião pessoal do autor em detrimento de informações objetivas, evidenciando uma perspectiva subjetiva e avaliativa que privilegia posicionamentos individuais, em vez de dados concretos, verificáveis ou imparciais.

Questão 25

"Professores gastam mais de 20% da aula para manter a ordem dos alunos em sala, mostra estudo."

Considerando o texto-base, analise as afirmativas a seguir e identifique a alternativa INCORRETA.

- (A) Professores iniciantes enfrentam mais interrupções em sala de aula do que os experientes, em praticamente todos os países analisados.

- (B) No Brasil, a indisciplina em sala de aula é percebida por uma parcela maior de docentes do que em países como Portugal e Chile.
- (C) A indisciplina dos alunos brasileiros decorre da falta de preparo dos professores iniciantes.
- (D) O relatório TALIS busca fornecer dados que ajudem a melhorar a qualidade do ensino e o ambiente de aprendizagem.

Questão 26

"Segundo o relatório, entre 2018 e 2024, a parcela do tempo de aula dedicada à manutenção da ordem aumentou 2 pontos percentuais — a média da OCDE também aumentou 2 pontos percentuais."

A crase empregada no trecho acima está correta e é obrigatória. Agora, analise o emprego da crase nos trechos a seguir:

I. Dirigia-se à Bahia e depois a Paris.

II. Irei vê-la à uma hora.

III. As alusões eram feitas à Maria.

IV. Caminharam até à biblioteca.

A crase está correta e é obrigatória em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.

Questão 27

"Já em Portugal e no Brasil, esses percentuais aumentam para 59% e 66%, respectivamente."

O vocábulo 'para' é um exemplo de palavra que, com o Novo Acordo Ortográfico, sofreu alteração. Antes, quando era verbo, recebia acento para se diferenciar da forma 'para', preposição.

A seguir, são apresentados outros vocábulos que também passaram por modificações com o Novo Acordo. Identifique a alternativa que apresenta alguma forma incorreta.

- (A) feiura e arguo.
- (B) ultrassom e contra-regra.
- (C) diarreico e apoia.
- (D) anti-inflamatório e café da manhã.

Questão 28

"O tempo dos docentes brasileiros está acima da média dos países da OCDE, em que os professores disseram gastar 15% do tempo de aula para manter a ordem dos alunos."

Identifique a alternativa que apresenta corretamente a justificativa para a colocação pronominal, caso a expressão 'a ordem dos alunos' for substituída por um pronome oblíquo átono.

- (A) A colocação em próclise será obrigatória em função da eufonia, uma vez que a construção 'para as manter' preserva a fluidez e a harmonia do período.
- (B) A colocação em ênclise seria a forma preferencial, embora não seja obrigatória, uma vez que com verbos no infinitivo, mesmo havendo justificativa para a próclise pode ocorrer a ênclise.
- (C) A colocação do pronome oblíquo na forma de próclise deve ser considerada obrigatória, uma vez que a preposição 'para' configura-se como elemento atrativo, influenciando diretamente a posição do pronome em relação ao núcleo verbal.
- (D) Considerando que o verbo 'manter' se encontra no futuro do presente, a colocação do pronome em mesóclise é indicada, sendo a forma adequada 'para mantê-la'.

Questão 29

Leia os trechos:

- 1."Perco muito tempo porque os alunos interrompem a aula."
- 2."Tenho que esperar muito tempo para que os alunos se acalmem."
- 3."Há muito barulho e desordem disruptivos."

Analise sintaticamente os elementos linguísticos empregados no trecho e julgue as afirmativas:

I.Em 1, os verbos 'perder' e 'interromper' apresentam a mesma transitividade. Seus complementos configuram-se como termos integrantes da oração, assim como ocorre com a expressão 'os justos' no trecho 'Haverão de vencer os justos, em que o grupo nominal exerce a função de objeto direto do verbo vencer.

II.Em 2, O verbo 'ter' e 'acalmar' não compartilham o mesmo sujeito, possuem transitividade distintas e o primeiro verbo apresenta um complemento oracional.

III.Em 2, a expressão 'muito tempo' é um complemento direto do verbo 'esperar', sendo considerado termo integrante da oração.

IV.Em 3, o verbo 'haver' é impessoal e intransitivo, apresentando-se como uma forma invariável, que não admite flexão de número, devendo, portanto, permanecer na terceira pessoa do singular.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Questão 30

"A mesma proporção de brasileiros diz também perder muito tempo esperando os alunos ficarem quietos (a média da OCDE é de 15%)."

Analise a regência dos verbos empregados no trecho e

marque com (V) as afirmativas verdadeiras ou (F) as falsas:

(__)O verbo 'esperar' no trecho está com a mesma transitividade do enunciado 'Em Deus espera minha alma'.

(__)O verbo 'ficar' no trecho apresenta transitividade igual da empregada em 'As cortinas beges ficaram muito bem na sala'.

(__)O verbo 'dizer' está empregado como verbo transitivo direto, pois tem como complemento a oração reduzida de infinitivo 'perder muito tempo esperando os alunos ficarem quietos', que funciona como objeto direto oracional.

(__)O verbo 'perder' no trecho possui a mesma transitividade da empregada no enunciado 'Nesta semana, no cassino, ele só perdeu'.

A sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, F, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, V, V, F.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

Conforme o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Miguel do Oeste/SC (Lei Complementar nº 9/2012), o servidor nomeado para cargo efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 36 meses. Durante esse tempo, sua aptidão e capacidade serão avaliadas de acordo com, entre outros, os seguintes fatores:

- (A) Conhecimento técnico, pontualidade, experiência anterior e produtividade.
- (B) Responsabilidade, lealdade, tempo de serviço e estabilidade.
- (C) Assiduidade, disciplina, iniciativa, responsabilidade, eficiência e fatores comportamentais e estratégicos.
- (D) Assiduidade, urbanidade, comunicação, empatia e frequência.

Questão 32

O fenômeno migratório venezuelano para o Brasil configura-se como um dos mais relevantes episódios de mobilidade forçada contemporânea na América Latina. Trata-se de um caso paradigmático de migração entre países do "Sul global", marcando tensões estruturais que atravessam as fronteiras nacionais e evidenciam crises humanitárias com impactos assimétricos nos países receptores. Sobre esse assunto, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F):

(__)Para compreender as razões que levam inúmeros venezuelanos a se deslocarem em direção ao Brasil, é essencial analisar o contexto interno vivido pela

Venezuela nas últimas décadas. O movimento migratório em massa não decorre de um único fator, mas da convergência de diversas vulnerabilidades, como a dependência da economia venezuelana do setor agrícola voltado aos derivados da soja, aliada à má gestão governamental, à corrupção e às sanções impostas pela comunidade internacional.

() Apesar de países como Colômbia, Peru, Equador e Chile concentrarem a maior parte dos migrantes venezuelanos, o Brasil exerce papel relevante por sua fronteira terrestre direta com a Venezuela, especialmente em Roraima. O país dispõe de marcos legais avançados, que estrutura o acolhimento e a interiorização dos migrantes.

() Nem todos os migrantes venezuelanos desejam permanecer indefinidamente no Brasil (alguns mantêm projeto de retorno assim que a situação na Venezuela se estabilize); outros optam por seguir para outros países da América Latina. No entanto, muitos começam a procurar estratégias de fixação: busca de cidadania, revalidação de diplomas, estabelecimento de rede social.

A sequência CORRETA é:

- (A) F, V, F.
- (B) F, V, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, F, F.

Questão 33

O estado de Santa Catarina, localizado na Região Sul do Brasil, apresenta uma geografia marcada por grande diversidade de paisagens naturais e contrastes topográficos. Seu território estende-se entre o Oceano Atlântico e o Planalto Meridional, o que explica a presença simultânea de litoral recortado, vales férteis e áreas de relevo elevado no interior. Sobre esse assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O litoral catarinense é caracterizado por enseadas, baías e ilhas (como a Ilha de Santa Catarina, onde se localiza a capital Florianópolis), além de uma série de praias e restingas que favorecem o turismo e a pesca artesanal.
- (B) A vegetação nativa, originalmente composta pela Mata Atlântica e pelos campos de altitude, sofreu intensa transformação devido à ocupação agrícola e urbana, embora ainda existam remanescentes significativos protegidos por parques e reservas naturais.
- (C) Os principais rios de Santa Catarina pertencem a bacias da vertente atlântica (Itajaí-Açu, Tubarão, Araranguá, Itapocu, Tijucas, entre outras) e da bacia do Prata (Uruguai e parte do Iguaçu).
- (D) O clima predominante é o subtropical seco, com estações pouco definidas e ocorrência de geadas e, ocasionalmente, neve nas áreas mais altas do Planalto Serrano (o que distingue o estado dentro do contexto brasileiro).

Questão 34

A Guerra do Paraguai (1864-1870) representou o mais longo e sangrento conflito armado da América do Sul, envolvendo complexas disputas geopolíticas, econômicas e territoriais. Sobre os aspectos históricos, políticos e suas repercussões para o Brasil Imperial, analise as proposições:

I. A guerra consolidou temporariamente o poder moderador de Dom Pedro II, mas intensificou contradições internas do Império, incluindo o questionamento da escravidão após o uso massivo de escravizados como soldados que foram alforriados mediante participação no conflito.

II. O endividamento externo brasileiro para financiar a guerra, especialmente com bancos britânicos, comprometeu severamente as finanças imperiais e criou dependência econômica que influenciaria a política brasileira nas décadas seguintes.

III. A devastação demográfica paraguaia, com estimativas de redução populacional de até 60-70%, e a anexação definitiva de todo território paraguaio ao Brasil consolidaram a hegemonia imperial sul-americana conforme planejado por Dom Pedro II.

IV. O prolongamento do conflito gerou crescente oposição interna ao Império, fortalecendo movimentos republicanos e militares que questionavam a condução da guerra e contribuíram para a erosão da legitimidade monárquica culminando na proclamação da República em 1889.

V. A participação de Santa Catarina na guerra incluiu o recrutamento forçado de homens livres pobres e escravizados, gerando tensões sociais regionais e contribuindo para a formação de identidades locais através da memória do conflito.

Estão corretas:

- (A) I, II, IV e V, apenas.
- (B) II, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.

Questão 35

Com base na Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste (SC), acerca da competência tributária municipal e das espécies de tributos de sua responsabilidade, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (A) O Município pode instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal, desde que autorizado por lei complementar estadual, respeitados os princípios constitucionais.
- (B) As taxas municipais podem ter como base de cálculo elementos próprios dos impostos, desde que guardem proporcionalidade com o custo da prestação do serviço público ao contribuinte.

- (C) O imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) incide mesmo em casos de integralização de capital social, fusão ou incorporação de pessoas jurídicas, independentemente da atividade preponderante do adquirente.
- (D) Os impostos de competência municipal incluem o IPTU, o ITBI, o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos (exceto o óleo diesel) e o imposto sobre serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência estadual.